

As múltiplas vozes no discurso dos moradores em situação de rua

Magna Diniz Matos

Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

magnamatos@uol.com.br

Resumo. A questão sobre as diferentes vozes que atravessam o texto ou o discurso vem sendo amplamente discutida por teóricos sob diferentes prismas. Termos como polifonia, heterogeneidade, intertextualidade e interdiscurso, entre outros, ora se distinguem, ora se misturam ao tratar de conceitos que têm base no postulado do dialogismo de Bakhtin (1929). Este artigo propõe-se a apresentar e discutir esses conceitos para, em um segundo momento, utilizá-los na investigação das vozes presentes no texto “O dia em que Sampa parou”, produzido por um morador em situação de rua.

Abstract. The question about the different present voices in the text or in the discourse has been amply discussed by theorists from different views. Terms such as “polyphony”, “heterogeneity”, “intertextuality” and “interdiscourse”, between others, distinguish and mix when attend concepts based on dialogism postulate of Bakhtin (1929). This article propose to expose and discuss these concepts to, in a second moment, use them in the investigation of the present voices in the text “The day that Sampa stopped”, produced by a street resident.

Palavras-chave: dialogismo; polifonia; interdiscursividade; intertextualidade

1. Introdução

A concepção de linguagem que tomamos como base para este artigo é a que entende a linguagem como forma de interação humana, pois através dela há a ação de um interlocutor sobre o outro em determinada situação de comunicação. Essa concepção é adotada por várias correntes lingüísticas como a *Análise do Discurso*, a *Lingüística Textual*, a *Análise da Conversação*, a *Semântica Argumentativa*, enfim, por todas as correntes que serão, genericamente, denominadas como *Lingüística da Enunciação*.

Ao tomar-se como base a Lingüística da Enunciação torna-se necessário referenciar os trabalhos de Émile Benveniste (1988). Ao definir a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (op.cit., 286), esse teórico da enunciação considera que o sujeito se constitui *na e pela* linguagem. Conforme a teoria benvenistiana, a subjetividade é revelada na enunciação através dos pronomes pessoais unidos a outras marcas formais, como os dêiticos e os verbos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito.

Enquanto Benveniste propõe a idéia de que a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito, Bakhtin (1988) defende o dialogismo como o caráter constitutivo da linguagem. Para esse autor, a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal e o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro. Na concepção bakhtiniana, o homem está imbricado em seu meio social que é constituído por várias

vozes relacionadas às estruturas sociais e históricas. Isso mostra a natureza ideológica e social do discurso. Além disso, a figura do *outro* é imprescindível na construção do discurso: o eu não existe sem o outro, assim como a autoconsciência só se desenvolve através do outro. Assim sendo, a palavra se orienta em função do interlocutor. Ela é composta de duas faces: *procede de alguém*, e *se dirige para alguém*. A palavra constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte. Essa relação marcada pelas estruturas sociais, leva o autor a ter uma concepção de língua também como forma de interação entre os sujeitos.

Assim como Bakhtin, Ducrot (1987) contesta o pressuposto da unicidade do sujeito falante e procura mostrar como é possível detectar mais de uma voz – as vozes do *eu* e do *outro* – na construção do enunciado. Apoiando-se no conceito polifônico bakhtiniano¹, Ducrot desenvolveu uma noção lingüística da *polifonia*, partindo da tese de que, no enunciado, várias vozes se fazem ouvir. O autor distingue vozes que pertencem a elementos distintos: o sujeito falante, o locutor e o enunciador. O sujeito falante é o autor, o ser empírico, o produtor do enunciado. O locutor (L) “é o responsável pela enunciação considerada unicamente enquanto tendo esta propriedade. [...] é uma pessoa 'completa' que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado” (1987, p.188). É a ele que se refere o *eu* e as outras marcas de primeira pessoa. O locutor pode ser diferente do autor empírico do enunciado. O terceiro elemento apresentado, o enunciador, são aqueles que se expressam através da enunciação, “sem que para tanto que atribuam palavras precisas; se ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras” (1987, p. 192). Ducrot estabelece também uma diferenciação entre o locutor e o enunciador, na qual o E (enunciador) está para o locutor assim como a personagem está para o autor. Ducrot desdobra a figura do locutor em um (L), o ser no discurso que tem unicamente a propriedade de ser responsável pela enunciação, e em (λ), o locutor enquanto ser do mundo, uma pessoa completa que possui a propriedade de ser a origem do enunciado.

Ducrot estuda formas lingüísticas que funcionam como indicativos da presença de outras vozes que compõem o discurso. Dentre esses marcadores ou índices polifônicos, encontram-se o pressuposto, o subentendido, a ironia, a negação, marcadores de pressuposição, como *ainda*, *agora*, *já* e operadores argumentativos como o *mas* e *pelo contrário*. Os pressupostos são marcas lingüísticas inscritas no enunciado. Embora estejam inscritas, não constituem o verdadeiro objeto do dizer. Enquanto o posto implica em uma informação nova dada pelo enunciado, o pressuposto corresponde a informações já conhecidas pelo destinatário e são, até mesmo, assumidos por uma espécie de voz coletiva. Os subentendidos são insinuações presentes em um enunciado. Tais insinuações não são marcadas linguisticamente. O subentendido *acrescenta* alguma coisa “sem dizê-la, ao mesmo tempo em que é dita”. (DUCROT, 1984).

2. Discurso, texto, interdiscursividade e intertextualidade

Foucault (1969:153) concebe o discurso como “um conjunto de enunciados na medida em que derivam de uma mesma formação discursiva”. Formações discursivas são as

¹ Bakhtin resume sua noção de polifonia, ao estudar as relações recíprocas entre o autor e o herói na obra de Dostoievski. (CHAREAUDEAU & MAINGUENEAU: 384)

grandes unidades históricas nas quais os enunciados se constituem, como por exemplo, a política, a economia, medicina, etc.

Na visão de Maingueneau (1989), os diversos discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso. Nas palavras do autor, “um discurso não vem ao mundo numa inocente solicitude, mas constrói-se através de um já dito em relação ao qual toma posição” (MAINGUENEAU 1976, *apud* KOCH, 2007:14).

Baseando-se em autores como Fairclough (1992), para quem o discurso é a linguagem em uso, falada ou escrita, vista como um tipo de prática social que se realiza por meio de gêneros textuais específicos, Meurer faz uma distinção entre discurso e texto:

O discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições; o texto é a realização lingüística na qual manifesta o discurso. Enquanto o texto é uma entidade física, a produção lingüística de um ou mais indivíduos, o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados ‘por trás’ do texto. Todo discurso é investido de ideologias. (MEURER, 2005:87)

Koch (2007:16) afirma que todo texto é “um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior. Dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que ele retoma, a que alude ou aos quais se opõe”.

Nas palavras de Greimas (1966, *apud* KOCH, *idem*, p.14) “todo texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos que existiram ou existem em redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.”

Na mesma orientação que os autores acima, Bazerman (2006:88) afirma que “nós criamos os nossos textos a partir do oceano de textos anteriores que estão a nossa volta e do oceano de linguagem em que vivemos. E compreendemos os textos dos outros dentro desse mesmo oceano”.

Pode-se perceber como ponto comum na definição desses autores, o postulado do dialogismo bakhtiniano, que deu origem ao que Júlia Kristeva (1969), em seus estudos literários, na década de 60, denominou como intertextualidade. A autora considera que cada texto se constrói como um “mosaico de citações” e é a absorção e transformação de um outro texto.

Trask (2004), em seu *Dicionário de linguagem e lingüística*, sustenta que a intertextualidade é ainda uma idéia nova na lingüística. Ainda assim, tentaremos ampliar a discussão sobre esse conceito, retomando autores em diferentes perspectivas.

Para os analistas do discurso Maingueneau e Charaudeau (2006:288) a intertextualidade “designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de*

textos determinado mantém com outros textos”, sendo a primeira acepção uma variante de interdiscursividade.

Maingueneau (2000:88; 2006:288) faz uma distinção entre intertextualidade e intertexto. O *intertexto* é tido como um “conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrases...) em um *corpus* dado”. Já a *intertextualidade* é o sistema de regras implícitas que subjaz ao *intertexto*, o modo de citação que é considerado legítimo pela FD, por sua própria prática. Segundo o autor, o modo de citar, a ocasião em que é permitido ou é preciso citar e o grau de exatidão exigido, variam de época a outra e de discurso para discurso. Assim sendo, a intertextualidade do discurso científico, por exemplo, não é a mesma do discurso teológico ou do discurso publicitário. Maingueneau (2006:289) diz ainda que “o uso tem a tendência de empregar intertexto quando se trata de relações com textos fonte precisos (citação, paródia...) e interdiscurso para conjuntos mais difusos”.

Apoiando-se na Psicanálise e no dialogismo bakhtiniano, Jaqueline Authier-Revuz (1982 *apud* MUSSALIM: 2003; CARDOSO: 2003; MAINGUENEAU: 1989, 2000) propõe as formas de heterogeneidade do sujeito e do seu discurso. A autora classifica a heterogeneidade como sendo de dois tipos: a constitutiva e a mostrada.

A heterogeneidade constitutiva marca da presença do Outro numa formação discursiva e confere ao discurso o caráter de heterogêneo. Authier-Revuz refere-se a um nível do inconsciente em que todo sujeito “esquece” daquilo que determina os sentidos de seu dizer, e em razão desse “esquecimento”, coloca-se na origem do dizer. Para Maingueneau (1989), a heterogeneidade constitutiva não é marcada linguisticamente em superfície, mas pode ser definida pela Análise do Discurso, formulando hipóteses a partir do pressuposto da presença constante do Outro na constituição de uma formação discursiva.

Três tipos de heterogeneidade mostrada são apontados por Authier-Revuz: **1)** aquela em que o locutor usa de suas próprias palavras para falar o discurso do Outro, sendo que isso é feito através do discurso relatado ou do discurso direto (heterogeneidade marcada) **2)** aquela em que o locutor assinala as palavras do Outro em seu discurso através de aspas, itálico etc. sem que o fio do discurso seja interrompido (heterogeneidade marcada) **3)** aquela em que a presença do Outro não é exposta explicitamente, mas é mostrada no espaço do implícito, do sugerido. A voz do locutor se mistura a do Outro, como é o caso do discurso indireto livre, da ironia, da imitação (heterogeneidade não-marcada).

Koch (2007) postula a existência de uma intertextualidade *latu sensu* e de uma intertextualidade *stricto sensu*. A primeira seria a constitutiva de todo e qualquer discurso, enquanto que a última ocorre quando em um texto está inserido outro texto, ou seja, necessita da presença de um intertexto.

Cavalcante (2006: 2255) atenta para a similaridade do conceito de interdiscursividade, proposto por Maingueneau e Charaudeau, com o que Koch chama de intertextualidade *latu sensu*. A dupla de autores trata como *interdiscurso*, em sentido restrito, “um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros”. Mais amplamente:

chama-se também de “interdiscurso” o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discurso contemporâneo de outros gêneros etc.) com os quais [*sic*] um *discurso particular* entra em relação implícita ou explícita. Esse *interdiscurso* pode dizer respeito a unidades discursivas de dimensões muito variáveis: uma definição de dicionário, uma estrofe de um poema, um romance... (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006:286)

Koch (2007) categoriza a intertextualidade *strito sensu* em temática, estilística, implícita e explícita. A intertextualidade temática é encontrada entre textos pertencentes a uma mesma área do saber ou mesma corrente de pensamento, que partilham temas e se servem de conceitos e terminologia próprios. A estilística ocorre nas repetições, imitações e paródia de alguns estilos ou variedades lingüísticas. Na intertextualidade explícita é feita, no próprio texto, menção à fonte do intertexto, como ocorre, por exemplo, nas citações, referências, menções, resumos, resenhas e traduções. Já na intertextualidade implícita não há qualquer menção à fonte do intertexto alheio, ainda que o produtor do texto espere que seu interlocutor reconheça a presença do intertexto pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva.

Como exemplo de intertextualidade implícita, Koch (idem) cita a paráfrase – que tem como objetivo seguir a orientação argumentativa do texto-fonte, e os enunciados parodísticos e/ou icônicos, as apropriações, as reformulações de tipo concessivo, a inversão da polaridade afirmativa/negativa entre outros - que contradizem a orientação argumentativa. Segundo a autora, o primeiro caso é identificado como *intertextualidade das semelhanças* por Sant’Anna (1985, *apud* KOCH: 2007) ou como *captação* por Maingueneau e Grésillon (1984, *idem*). Já o segundo é denominado, respectivamente, como *intertextualidade das diferenças* ou como *subversão* pelos respectivos autores.

Koch (idem) inclui o plágio como um caso de intertextualidade implícita com valor de captação, mas atenta que o mesmo é uma exceção, tendo em vista que o produtor do texto espera que o interlocutor não tenha na memória o intertexto e sua fonte, procurando, para tanto, camuflá-lo por meio de operações de ordem lingüística, tais como, apagamentos, substituições de termos etc.

Tratando ainda da intertextualidade implícita, Koch estende o conceito de *détournement*, formulado por Grésillon e Maingueneau (*idem*), às diversas formas de intertextualidade em que ocorre algum tipo de alteração - retextualização², conforme Marcuschi (2000), ou de adulteração de um texto-fonte. O “*détournement* consiste em produzir um enunciado que possui as marcas lingüísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos” (1984, GRÉSILLON e MAINGUENEAU *apud* KOCH, 2007:45)

Na literatura, Gerard Genette (1982 *apud* KOCH, 2007; MAINGUENEAU e CHARAUDEAU, 2006) insere o termo intertextualidade em um campo mais amplo

² A retextualização consiste na transformação de um texto em outro. (MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita. São Paulo: Cortez, 2000).

denominado *transtextualidade*, distintos em cinco categorias: a intertextualidade; a paratextualidade; a metatextualidade; a hipertextualidade, e a arquitekstualidade.

A intertextualidade, segundo Genette, diz respeito a relações de co-presença identificada entre textos. Tal presença pode ser feita de forma explícita ou implicitamente marcadas³. No primeiro caso, ou seja, na citação explicitamente marcada, utiliza-se um texto ou parte dele, com uma marcação convencionalmente aceita (aspas, itálico, negrito), dentro de outro texto. Já no caso da implicitação da referência, remete-se a outro texto, sem se convocar as palavras ou as entidades do texto-fonte. Tem-se como exemplo o plágio e a alusão.

A paratextualidade refere-se às relações que “o texto propriamente dito” estabelece com o entorno ou a periferia do texto. Inclui elementos como título, subtítulo, prefácio, posfácio, advertências, premissas, notas de rodapé, notas finais, epígrafes, entre outros acessórios que possam remeter, explicitamente ou não, ao conjunto formado pela obra. Koch (2007:131-32) faz uma contraposição – a qual me filio – afirmando que título, subtítulo, notas e ilustrações compõem o próprio texto e só se configurarão numa situação de intertextualidade se tiverem sido extraídas de outros textos, para que se estabeleça a interseção. Já as epígrafes, prefácios e posfácios podem ser considerados como intertextualidade, na medida em que podem constituir uma citação como a epígrafe, ou podem recheiar-se dos demais casos de intertextualidade.

A metatextualidade diz respeito a relação de “comentário” sobre um texto-fonte. Cita-se como exemplo o prefácio e o posfácio. A *metatextualidade* aproxima-se do que Koch chama de relação de *intertextualidade temática*, “pois existe, no *metatexto*, uma interseção de informações e conceitos de uma mesma área ou de uma mesma corrente do conhecimento”. (KOCH, 2006:134).

A arquitekstualidade estabelece uma espécie de filiação do texto a outras categorias – incluídos aqui os tipos de discurso, o gênero, os modos de enunciação, etc. - em que o texto se inclui e que o tornam como um texto único. Trata-se de uma noção reconhecida pelo autor como sendo muito abstrata, já que é mais implícita que as anteriores. Na opinião de Koch (op cit.132-33), a arquitekstualidade “não se constitui como intertextualidade, mas como um processo de enquadramento de um texto em outras instâncias ou categorias maiores, como o gênero e o discurso”.

A hipertextualidade supõe a existência de um texto que se deriva de outro texto pré-existente. A derivação do texto se faz por transformação de forma simples e direta, ou de forma indireta, por imitação. Tem-se como exemplo, a paródia e o pastiche e o travestimento burlesco. A *paródia* é feita a partir da retomada de um texto, para ser reelaborado com novas e diferentes intenções daquelas criadas por seu autor. As funções discursivas dessa reelaboração podem ser humorísticas, críticas, poéticas etc. o *pastiche* se constrói em uma imitação do estilo de um autor, dos traços de sua autoria. O *travestimento burlesco* tem finalidade satírica e consiste em modificar o estilo de um texto, conservando-se o conteúdo.

Tendo como base os conceitos acima, finalizamos nossa discussão e passamos para uma análise sumária do texto *O dia em que Sampa parou*, na qual procuramos

³ Trata-se do que Koch (2007) identifica, respectivamente, como *intertextualidade explícita* ou *intertextualidade implícita*.

identificar as diferentes vozes discursivas. Antes, porém, de iniciarmos nossa análise, pretendemos abordar brevemente duas questões. A primeira refere-se ao motivo da escolha do texto de um autor do grupo “morador em situação de rua”. A segunda diz respeito às condições de produção do texto analisado.

3. Múltiplas vozes do morador de rua

3.1. A escolha do texto

A escolha do texto *O dia em que Sampa parou* se deu porque o mesmo faz parte do corpus de minha dissertação, na qual analiso as práticas discursivas do morador em situação de rua, a fim de verificar como essa população utiliza-se da escrita na constituição de um discurso que procura a interação social.

Na pesquisa pretendemos abordar questões sobre as práticas de escrita desses sujeitos excluídos de pesquisas governamentais, indo para além dos muros da escola, para a sociedade, onde os suportes e gêneros discursivos têm usos particulares, que dependem dos propósitos dos membros da comunidade, das experiências textuais, do contexto de uso, da finalidade e dos interlocutores envolvidos. Partimos do pressuposto de que o morador em situação de rua, ainda que seja um sujeito pouco escolarizado ou não alfabetizado, mas que lida com grande variedade de impressos e, em parte, participa de práticas sociais de leitura e escrita, utiliza-se da escrita, seja como autor ou leitor, para constituir-se como um sujeito valorizado por uma sociedade que o exclui.

3.2. Condições de Produção do texto:

O texto *O dia em que Sampa parou*, de autoria de Sebastião Nicomedes⁴, foi veiculado no jornal *O Trecheiro*. O jornal é publicado mensalmente pela Associação rede Rua, em São Paulo, e trata de “notícias do povo da rua”. As matérias que o compõem são escritas por jornalistas, mas há seções como a “Direto da rua” que apresentam textos escritos por moradores em situação de rua.

Nicomedes morou nas ruas de São Paulo. Atualmente vive em uma moradia provisória da Prefeitura com outros 19 colegas. É membro do grupo de articulação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Escreveu o livro *Cátia, Simone e outras marvadas* (2007)⁵, duas peças teatrais - “Diário dum Carroceiro” e “Bonifácil”, e é colaborador do jornal *O Trecheiro*.

O texto analisado foi publicado na seção “Direto da rua”, no mês de agosto de 2006, após a ocorrência de uma série de ataques atribuídos ao grupo de prisioneiros pertencentes ao Primeiro Comando da Capital (PCC) contra as forças de segurança da cidade de São Paulo.

3.3. *O dia em que Sampa parou*

⁴ Informações sobre a vida de Sebastião Nicomedes encontram-se disponíveis no site da Revista Época. <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75442-6032,00.html>> Acesso em Novembro/2007.

⁵ NICOMEDES, Sebastião. *Cátia, Simone e outras Marvadas*. São Paulo: Edições Dulcinéia Catadora. 2007.

Para iniciarmos nossa análise, consideraremos os três enunciadores marcados com maior saliência na enunciação: o Enunciador 1 (E1), que coincide com o autor do texto, Sebastião Nicomedes; o Enunciador 2 (E2), o compositor Raul Seixas e o Enunciador 3 (E3), o governador de São Paulo.

Tanto no nome da seção, quanto no título do texto encontramos um tipo de intertextualidade implícita em que é feita uma alusão. A expressão “direto da rua” marca o lugar do enunciador 1 do texto – Nicomedes, morador em situação de rua. Já o título do texto “*O dia em que Sampa parou*” alude ao título da canção *O dia em que a terra parou* de Raul Seixas. A substituição da palavra “Terra” do título original por *Sampa* configura o que Koch denomina como um *détournement* de título. O sentido que emerge do título é o de protesto contra a situação caótica em que vivem os moradores da cidade de São Paulo e a reivindicação de que algo seja feito em prol da população.

Pode-se dizer que o gênero escolhido pelo autor (E1) mantém uma relação intergenérica⁶ com a canção produzida por Raul Seixas (E2). As semelhanças observadas dizem respeito tanto à forma composicional, quanto ao estilo e conteúdo. Os dois textos são apresentados em versos que tratam da anarquia provocada pela paralisação das atividades cotidianas das pessoas que vivem em um espaço cultural urbano.

O início e o término do texto (versos 1 a 4 e 62 a 65) apresentam uma paráfrase da canção *O dia em que a terra parou* de Raul Seixas:

Essa noite eu tive um sonho
de sonhador
Maluco que sou, eu sonhei
Com o dia em que a Terra parou
com o dia em que a Terra parou
[...]
O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão

Trata-se de uma intertextualidade explícita, marcada em itálico, com valor de captação. O autor do texto atribui a fala ao autor do texto-fonte e ao gênero que deu origem ao seu próprio texto – “há quanto tempo Raul Seixas cantava essa música”. Ao retomar a canção popular, o locutor compartilha conhecimentos com o leitor e cria receptividade maior por parte do mesmo.

Também no verso 11 — *Só o governador via “Tudo sobre controle”*, temos um caso de intertextualidade explícita, no qual o E1 marca a enunciação com aspas e cita a fonte do enunciado. Entretanto, se nos versos iniciais e finais da canção, a intenção foi seguir a orientação argumentativa do texto-fonte, o verso 11 apresenta uma ironia: o E1 subverte a fala do governador (E3).

⁶ Conforme terminologia usada por Koch (2007)

No que se refere às relações interdiscursivas, poderíamos dizer que texto apresenta-se atravessado pelo viés do discurso político de um movimento social⁷.

A voz do enunciador apresentando críticas ao que é feito aparece enfaticamente marcada pelo sinal interrogativo. O efeito de sentido produzido pelos mesmos é o de cobrança relacionada a questões que precisam ser resolvidas com mais presteza.

Mas a essa altura, o que poderia fazer o exército? (verso 5)
Canhões, fuzis, metralhadora, isso mudaria o / cenário? (versos 6 e 7)
Por que armas e drogas entram no país com tamanha / facilidade?
(versos 13 e 14)
E as máquinas caça-níqueis são legais ou não? (verso 15)
E a contrapartida do governo? (verso 27)
O combate acontece onde? / Sempre nas periferias. (verso 28 e 29)
Por que não combater também nos bairros nobre e / de classe média,
todos os consumidores de drogas e/ armas ilegais, que se tornam
patrocinadores do crime /organizado? (verso 30-33)
Por que não se cria a lei de renda mínima para todos/ os cidadãos?
(verso 39-40)

O discurso político populista encontra-se marcado pela negação ao que está sendo feito à população. Nesse sentido, apontam-se carências da população e a crítica à falta de estrutura do sistema carcerário, dos órgãos responsáveis pela segurança pública e ao poder público em geral:

As forças armadas deviam atuar melhor e a polícia / federal,
principalmente./ Nas fronteiras e de forma articulada. (verso 18, 19,
20)
Vivemos num mundo desigual. / Há que se combater a desigualdade
social/ O desemprego, a fome, a corrupção. / Investir em saúde,
educação, cultura. (versos 28, 29, 30, 31)
O povo está órfão do Estado / E refém do crime organizado (versos 31
e 32)
É preciso propor campanhas de conscientização. / Rever o código
penal brasileiro, por fim à / Impunidade / Reduzir os impostos, os
preços dos produtos / nacionais (versos 42-46)
Não estou fazendo apologia ao crime, mas se eu fosse / da segurança
pública veria o problema de outra ótica, / talvez. (versos 51, 52, 53)
Mas sou do povo excluído e vejo dessa maneira./ O problema de São
Paulo, do Estado, do País, não se / resolve / Somente com emprego de
armas de fogo e com a / construção de novos presídios. (versos 54 -
58)
Tem de avançar na promoção da distribuição de / renda justa e
igualdade já. (versos 59, 60)

⁷ Segundo Menezes (2004: 254) é preciso reconhecer que há gêneros enunciativos distintos a partir do campo do discurso político. O autor cita, entre outros, o gênero *político partidário* e o gênero *político eleitoral*, no espaço da cidadania; o gênero *político doméstico* no espaço doméstico; o gênero *político institucional da empresa* e o gênero *político institucional do sindicato*, no espaço da produção; o gênero *político popular* ou *dos movimentos sociais* e o gênero *político da diplomacia* que circulam no espaço mundial / local.

Após essa breve análise do texto “O dia em que Sampa parou”, observou-se, que o mesmo comporta a voz de três locutores distintos – E1, E2 e E3 - além de vozes provenientes de outros discursos, como, por exemplo, o do discurso popular e do discurso político. Assumindo a posição de um homem simples (“Mas sou do povo excluído”), o enunciador constrói seu *ethos* através do discurso de um cidadão ciente das necessidades da população brasileira e reivindica o estabelecimento de uma sociedade organizada, onde haja paz e igualdade social.

4. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi rever os conceitos de *polifonia*, *heterogeneidade*, *interdiscursividade* e *intertextualidade*, tendo como base os trabalhos de Maingueneau, Koch, Cavalcante e Genette, entre outros. Observamos que não há uma concordância na definição dos termos. Entretanto, ainda que se observe a instabilidade nos conceitos adotados, é unânime a recorrência ao *dialogismo* bakhtiano. Sabemos que ainda há muito que se discutir. Acreditamos que conceitos não abordados no artigo como intergenericidade, hibridismo, retextualização, intericonicidade, multimodalidade, tratados por Marcuschi, Arbex, Kress e van Leeuwen, entre outros autores, se encaixam nessa discussão. Assim sendo, deixamos o texto em aberto para novas abordagens em outro momento.

5. Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV – Revue de Linguistique*, n. 26, 1982.
- BACKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1988. (trad. brasileira com base na trad. francesa, de 1977, do original russo de 1929).
- BAUMAN, R e BRIGGS, C. Genre, intertextuality and social power. In BLOUNT, B. G. (ed.). *Language, culture and society*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1995.
- BAZERMAN, Charles. *Gênero, Agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENTES, A. C.. *Linguística Textual*. In MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003, vol. 1, p.245-285.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp, 2005.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. *Problemas de Linguística Geral II*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.
- _____. A natureza dos pronomes. *Problemas de Linguística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1988.
- _____. Da subjetividade na linguagem. *Problemas de Linguística Geral I*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1988.

- CARDOSO, Sílvia H. B. *Discurso e Ensino*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CAVALCANTE, Mônica M. Referenciação e intertextualidade. *XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos*. 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
_____. Enunciação. In. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, vol. 2, p. 368-393, 1984.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press [ed. Br.: Discurso e mudança social. I Magalhães (trad). Brasília: UNB, 2001], 1992.
- FOUCAULT, M. A. *A arqueologia do saber*. 3 ed. Rio de Janeiro: R.J. Forense-Universitária, 1987. (Trad. de *L'archéologie du Savoir*, 1969).
- GENETTE, Gerard. *Palimpsestes – la littérature au second degree*. Paris: Seuil, 1982.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.
- GRÉSSILON, A. e MAINGUENEAU, D. Poliphonie, proverbe et detournement. *Langages* 73, 1984, pp. 112-25.
- KOCH, I. G. V; BENTES, A.C.; CAVALCANTE, M.M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- KRISTEVA, Julia. Introdução à semanálise. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2 ed. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 2000.
_____. *Termos-chaves da análise do discurso*. São Paulo: Cortez, 1998.
_____. *Initiation aux méthodes d'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1976
- MENEZES, W. A.. Discurso político e gêneros discursivos. In. MACHADO, I. L. & MELLO, R (orgs). *Gêneros: Reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 243-261.
- MEURER, J. L.; BONINI, A; MOTTA-ROTH, Desirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- NICOMEDES, S. O dia em que Sampa parou. *O Trecheiro*, São Paulo, ano XV, n. 146, Agosto, 2006, p. 3.
- SANT'ANNA. A. R. *Paródia, paráfrase e cia*. São Paulo: Ática, 1985.